



Município de Melgaço
Câmara Municipal

Acta n°	9
Data	22-04-2014
Tipo	Ordinária
Página	1

Fátima Alexandra Costa

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de

Acta n° 9 de 22-04-2014

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
Maria José Nóvoas de Pinho Gonçalves Codesso	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Hilário Manuel Esteves Afonso	Vereador	P
Maria Fernanda de Almeida Cerdeira	Vereador	P
Manuela Maria Cortes Lobato	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 17-04-2014

Operações Orçamentais	754.074,36€
Operações de Tesouraria	519.205,48€
Documentos	73.467,21€

Início da reunião: 10:00 horas

Esta reunião foi secretariada por Fátima Alexandra Faria da Costa, Chefe da Divisão de Gestão Municipal.



Município de Melgaço
Câmara Municipal

Acta nº	9
Data	22-04-2014
Tipo	Ordinária
Página	2

I – Antes da ordem do dia

Felimonexaudue Cost

O Presidente da Câmara Municipal informou que a Portaria 82/2014 de 10 de abril que tem por objeto estabelecer os critérios que permitem categorizar os serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde, vem classificar o hospital de Viana do Castelo como Grupo I. E assim sendo, este não estará contemplado com as valências de Ginecologia/Obstetrícia, Neonatologia, Urologia e Endocrinologia, especialidades que neste momento estão a funcionar e que são reconhecidamente importantes para a população. Este é mais um ataque ao interior e às suas populações negando a um distrito o acesso a respostas essenciais, uma vez que se for avante as grávidas e as parturientes terão de ser atendidas no Porto ou em Braga. A CIM está a preparar um reacção alinhada com todos os Municípios, que adicionalmente iremos reforçar enquanto executivo de Melgaço.

O Presidente da Câmara Municipal comunicou que a EGF esta num processo de privatização há alguns meses sendo que esta empresa do Estado detém 51% das Empresas de Aguas, Saneamento e Resíduos Sólidos. Considerou esta privatização peculiar uma vez que por exemplo a Valorminho é uma empresa cujo funcionamento é eficaz e rentável, com uma tarifa abaixo da média nacional. Questiona assim, as razões de privatizar empresas que são rentáveis, vendendo património por valores próximos dos 200 milhões de euros quando este está valorizado em muito mais. Informou ainda que a ANMP irá contrapor esta privatização apresentando uma sustentação técnico-jurídica.

O Presidente da Câmara Municipal demonstrou a sua preocupação com as notícias de encerramento de 50% das Repartições de Finanças em finais de Maio, na qual Melgaço estaria inserida. Considerando que é uma resposta essencial para a população, é uma situação que iremos contestar.

O Presidente da Câmara Municipal expôs a sua reprovação em relação aos desenvolvimentos da venda da casa do guarda em S. Gregório, caso já amplamente debatido nas reuniões da Câmara municipal. Considerou que a oposição revelou um baixo nível ético em aproveitar um caso como este para pôr em causa o bom nome de pessoas, concretamente a do ex-Presidente da Câmara Municipal que está a ser acusado de ter ido a Lisboa para facilitar o negócio da venda. Considerou estas acusações inaceitáveis e o comportamento da oposição indescritível.

O vereador Manuel Ramos dos Santos declarou que tem conhecimento da problemática das valências hospitalares e que inclusive já leu algumas considerações feitas pela CIM. Manifestou a sua indignação igualmente pela supressão de valências no hospital de Viana do Castelo que a que a Portaria deixa transparecer, embora tenha conhecimento que o Ministro negue que tal situação vá ocorrer.

O vereador Manuel Ramos dos Santos afirmou-se contra a privatização da EGF principalmente para a área das Aguas, Saneamento e Resíduos Sólidos porque considera que há que atender às especificidades do território de onde existe água abundante no interior as populações não deveriam pagar a factura dos que não a têm, ou pelo menos equacionar os efeitos a novel de distrito e Concelho.

O vereador Manuel Ramos dos Santos esclareceu que numa reunião com autarcas do PDS abordada a questão do encerramento da Repartição das Finanças foi informado que qualquer medida iria ser efectuada em articulação com os municípios e na tentativa de ser uma solução ajustada à realidade concreta de cada concelho e às circunstâncias de cada território. Ficou assim mais tranquilizado porque as populações não podem ficar sem este serviço.

O vereador Manuel Ramos dos Santos declarou que não esta associado às declarações no jornal na questão da venda da casa do Guarda em S. Gregório, apresentando o extrato de noticia da



Município de Melgaço
Câmara Municipal

Acta n°	9
Data	22-04-2014
Tipo	Ordinária
Página	3


Hermenegildo Costa

Voz de Melgaço on-line com a declaração de António Sousa que reconhece como sendo uma acusação muito forte, apesar de achar que o edifício deveria pertencer ao domínio municipal. Desta forma, considera ser uma desconsideração porque sempre demonstrou uma postura de rectidão e de crítica política mas que não participa em jogos, rejeitando assim as adjectivações proferidas pelo Presidente da Câmara Municipal nesta reunião sobre o assunto.

Afirmou ainda que relativamente à acusação a Rui Solheiro as responsabilidades têm de ser atribuídas a quem as proferiu mas que os vereadores e os deputados do PSD sempre se pautaram pela ética no relacionamento com os órgãos da Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal afirmou que o executivo municipal sempre procurou também ter uma postura ética e séria, sendo que como Presidente tem também incutido uma atitude construtiva e mais próxima da oposição mas considera a posição tomada pelo PSD uma quebra na confiança demonstrada pelo aproveitamento político desta situação. Revelou que por contactos estabelecidos com o Presidente da Junta de Cristóval o que foi proferido ao Jornal não foi exactamente o que foi publicado e que portanto há todo o direito à indignação. Expôs que pelo trabalho ao longo dos anos desenvolvido pelo Ex- Presidente da Câmara Municipal ser agora acusado de trair o Município num negócio no qual não teve qualquer influência é uma calúnia que tem de ser repudiada por todos. Estas questões têm de ser tratadas com mais decoro e não exponenciadas por alguém que faz trabalho paralelo difamando as pessoas em notícias.

O vereador Manuel Ramos dos Santos afirmou que defende a responsabilização das acusações e comportamentos de cada um pelo que compreende a indignação porque a acusação feita a Rui Solheiro é muito forte e conhecendo-o desde 2005 não tem qualquer apontamento a fazer a esse nível. Assim também mostrou preocupação pela notícia e por isso mesmo a trouxe à reunião para a discussão do seu conteúdo. Afirmou que da sua parte não vai empolar a questão e defende que quem proferiu as acusações deve ser responsabilizado.

O vereador Manuel Ramos dos Santos solicitou esclarecimentos relativamente aos acordos de execução previstos na Lei 75/2013 uma vez que já passaram os 180 dias previstos para a sua celebração com as Freguesias. Considerou, no entanto, que nem todas as competências previstas na Lei poderão ser executadas pelas nossas juntas de freguesia.

O vereador Manuel Ramos dos Santos expôs que o relatório da Associação cívica de transparência e integridade coloca Melgaço na posição 298 do índice de transparência, sendo 1 dos 10 piores com base num estudo que engloba várias dimensões de análise através da informação disponibilizada. Neste âmbito solicitou informação sobre a publicidade da prestação de contas e Orçamento Municipal e também do Plano Anti-corrupção.

O vereador Manuel Ramos dos Santos informou que através de um Deputado da Assembleia da República foi entregue ao Ministro da Saúde um memorando com questões sobre a Unidade de Cuidados Continuados de Melgaço que continha informações com um resumo dos acontecimentos e perguntava sobre o modelo de gestão, financiamento e integração na rede nacional de cuidados continuados, mas que ainda não tinha resposta. Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se tinha mais informações desde a última conferência de imprensa.

O vereador Manuel Ramos dos Santos revelou a posição do Presidente da CVRVV favorável ao alargamento da sub-região de Monção e Melgaço que consideração uma posição claramente favorável a interesses contrários aos de Melgaço e favoráveis a outros mais fortes, facto que é inadmissível pelo que a questão nem sequer foi ainda votada ou decidida na CVRVV. É cada vez mais importante que todas as forças políticas e cívicas tenham uma única posição institucionalmente concertada.



Município de Melgaço
Câmara Municipal

Acta nº	9
Data	22-04-2014
Tipo	Ordinária
Página	4

Felicitas Alexandre Costa

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que os Acordos de Execução não foram celebrados, decisão esta que foi tomada após uma análise profunda sobre os benefícios tendo inclusive verificado a mesma decisão nos municípios vizinhos e apesar de se ter elaborado algum trabalho base. A Lei 75/2013 é uma aberração legislativa com muita confusão nesta questão pelo que a celebração de acordos de execução não iria resolver nenhum problema nem trazer mais-valias para as parcerias com as Juntas de Freguesia. Esta questão foi também discutida numa reunião com todos os Presidentes de Juntas de Freguesia.

O Presidente da Câmara Municipal, relativamente à questão do índice de transparência, questionou que o índice se baseia em suportes informáticos e que portanto não pode ser o único critério para aferir a transparência de uma gestão pública. Reconheceu ainda que o portal municipal necessita de algum trabalho de actualização e que por vezes a informação não é disponibilizada em tempo útil mas que não está em causa a transparência do Município.

O Presidente da Câmara Municipal informou que no âmbito da Unidade de Cuidados Continuados foi expedido um ofício a solicitar uma reunião com o Secretário de Estado mas que ainda não se obteve resposta.

O Presidente da Câmara Municipal expôs que os Município de Melgaço e Monção tudo fizeram e conjugaram esforços contra o alargamento da sub-região de Monção e Melgaço mas que é necessário manter a pressão alta contra os interesses instalados nesse sentido. Informou que no dia 02 de Maio vão ser discutidas as recomendações ao Governo, estando presente com um grupo constituído pelos Presidentes das Câmara municipais de Melgaço e Monção, responsável pela Confraria do Vinho Alvarinho, da APA e dois dos maiores produtores da Sub-região. Informou ainda que está a ser elaborado um estudo de fundamentação das razões da existência da sub-região. A apresentação dos resultados está prevista para a 1ª quinzena de Junho.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

72. Neste ponto não está presente a Acta da reunião anterior por não ter sido possível aos serviços concluí-la.

Divisão de Serviços Urbanos

73. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por JOSÉ MANUEL GONÇALVES, a solicitar abastecimento de água para apoio agrícola, que ficará anexa a esta acta. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta. O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

74. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por MARIA RODRIGUES, a solicitar tarifa social para ramal de saneamento - Consumidor nº5143, que ficará anexa a esta acta. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta.



Município de Melgaço
Câmara Municipal

Acta nº	9
Data	22-04-2014
Tipo	Ordinária
Página	5

Felimon Augusto Costa

O Executivo deliberou, por unanimidade, indeferir a petição do requerente e autorizar o pagamento em 10 prestações.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Planeamento de Gestão Urbanística

75. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por ANTÓNIO AUGUSTO RODRIGUES, a solicitar certidão de prédio em ruínas de acordo com o nº4 do artº46º do C.I.M.L., que ficará anexa a esta acta. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de certidão, de acordo com a informação dos serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

76. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por MARIA DOMINGUES, a solicitar certidão de acordo com o nº4 do artº46º do C.I.M.L., que ficará anexa a esta acta. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta. O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de certidão, de acordo com a informação dos serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

77. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por MARIA DOMINGUES, a solicitar certidão de prédio em ruínas de acordo com o nº4 do artº46º do C.I.M.L., que ficará anexa a esta acta. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão de certidão, de acordo com a informação dos serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Acção Social e Educação

78. Presente para efeitos de ratificação parecer para CLDS+, que ficará anexo a esta acta. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, ratificar o parecer apresentado.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Cultura e Comunicação

79. Presente ofício da União Desportiva os Fronteiriços, a solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 2.850,00€ para fazer face às despesas relativas a "Outras Actividades" contidas nas Grandes Opções: Culturais, Desportivas e Recreativas. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio de 2.500,00€, repartido por 9 meses, no valor de 277,78€ cada mês.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.



Município de Melgaço
Câmara Municipal

Acta nº	9
Data	22-04-2014
Tipo	Ordinária
Página	6

Felipe José Costa

Presidência

80. Presente os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2013, que ficará anexo a esta acta.


O Presidente da Câmara Municipal apresentou os documentos de Prestação de Contas e o Relatório de Gestão de 2013. Referiu o saldo de gerência para o ano seguinte de 442.334,74 € e os resultados líquidos do exercício de 624.359,38 €. Ao nível da execução orçamental a receita corrente cobrada foi de 9.227.103,00 € com uma taxa de execução de 102,95 % e a receita de capital de 7.369.055,96 € com uma taxa de execução de 68,28 %, apresentando assim uma taxa de execução da receita de 84,26%. Ao nível da despesa corrente os compromissos ascenderam a 9.499.083,70 € com uma taxa de execução de 92,94% e na despesa de capital a 8.188972,80 € com uma taxa de 87,45%, resultando numa taxa de execução global de 90,32%. Em termos de Receita, realçou o aumento de impostos municipais, entre os quais o IMI para o qual contribuiu a avaliação geral dos imóveis, e a renda de 2,5% da facturação do parque eólico do Alto Minho. Explicou que apesar de se ter mantido as transferências do Orçamento de Estado de 2013 em relação a 2012 diminuiu a sua componente de capital e por comparação a 2010 sofreu um decréscimo de 14%. Em termos da despesa, explicou que o aumento das despesas com o pessoal em 2013 relativamente a 2012 é devido ao pagamento do subsídio de férias e natal que não foi pago em 2012 por imposição do Orçamento de Estado e pelo aumento dos encargos de entidade devido à Caixa Geral de Aposentações em 2013, e que o quadro de pessoal continua a diminuir. Esclareceu que o aumento do valor dos empréstimos de médio e longo prazo em dívida relativamente a 2012 se deveu à contracção do empréstimo PAEL e do empréstimo para financiamento das obras da Escola Superior de desporto que está excepcionado da capacidade de endividamento por ser um projecto financiado por Fundos Comunitários e que resultou do rateio nacional de endividamento. Apesar deste aumento a tendência é de descida desde 2009. Destacou ainda que para além do cumprimento dos limites de endividamento líquido, de médio e longo prazo, o município cumpriu também com a redução dos pagamentos em atraso a mais de 90 dias para além dos previstos no PAEL, que relativamente à sua execução esta em anexo à prestação de contas um relatório.

O vereador Manuel Ramos dos Santos afirmou que divergimos politicamente e não tecnicamente ou contabilisticamente dos documentos e números apresentados. Coloca antes a questão de como é transformado o rendimento da autarquia em prol do desenvolvimento económico e social. Questiona se estamos a fazer tudo para que os nossos filhos terem perspectivas de futuro no nosso concelho e parece-me a este nível que não estamos a tomar as medidas certas e as iniciativas adequadas para fixar a população jovem. Expôs as seguintes questões:- a Melsport, EM não cumpriu com as suas obrigações fiscais de forma atempada acarretando mais despesas com multas; - é visível a degradação do património, pelo que se não for feita uma intervenção imediata a sua recuperação futura vai ser muito mais onerosa, como por exemplo nas piscinas municipais; - a Câmara municipal não esteve atenta na cobrança da comparticipação de 50% de transportes escolares aos alunos do concelho em 3 anos lectivos consecutivos; - a crescente degradação ambiental com várias lixeiras sendo que os serviços municipais não conseguem resolver o problema; - estando a ADM em extinção a Câmara municipal não apresentou nenhuma alternativa, sendo que a câmara municipal não tem de fazer tudo mas tem de mobilizar vontades e criar condições para pontos de encontro; - na área da floresta e agricultura não se encontra nenhum investimento significativo, sendo os valores apresentados muito residuais apesar do Concelho ter sido vítima das chamadas no ano passado; - não se efectuou nenhuma iniciativa para contrariar a perda



Município de Melgaço
Câmara Municipal

Acta n°	9
Data	22-04-2014
Tipo	Ordinária
Página	7


Felizmente Alexandre Costa

de carreiras no Centro Coordenador de Transportes; - tem dificuldades em entender o porquê dos valores transferidos para as associações serem superiores às transferências para a Juntas de Freguesia.

O Presidente da Câmara Municipal expôs que o futuro dos municípios e a evolução das suas populações é uma questão de âmbito nacional que justificava a realização de um seminário para abordar o futuro, que políticas implementar, que direcções tomar, etc. Tanto a nível de cidadania como a nível político há algumas iniciativas para repensar o país, o Estado Social que temos e o que queremos questões que obviamente não se resumem nem se esgotam nesta prestação de contas. Na actuação do executivo não existe outra preocupação que não o futuro do Município, com acções concertadas no sentido do desenvolvimento do concelho, mas que este objectivo não está só dependente da Câmara Municipal. Temos empresas e empreendedores a criar riqueza no nosso concelho, sendo que a autarquia teve um papel de criar condições ímpares para que estas empresas e empresários se estabelecessem. Relativamente ao património que precisa de intervenção, foi já discutido o *modus operandi* e quais as iniciativas a tomar para manter o manter em condições de funcionamento e que relativamente às piscinas municipais (equipamento com 17 anos) foi criada uma equipa para realizar o projecto de intervenção e procurar as fontes de financiamento para a obra de recuperação. Foram tomadas medidas por exemplo como encerramento do Museu de Castro Laboreiro porque já não tinha condições de funcionamento com dignidade estando estudar a melhor solução de intervenção nesse espaço. Relativamente às Termas do Peso, a exigência com o parceiro privado é total e o balneário irá abrir para a época termal em 25 de Abril. Relativamente ao Rio's Bar esta a ser desenhado o concurso para que este espaço passe a ser explorado por privados. Realçou também que a questão ambiental é uma preocupação e não esta esquecida, sendo uma prioridade para este executivo. Os serviços municipais de fiscalização estão a ser preparados para efectuar mais este acompanhamento e vão ser realizadas brevemente algumas acções de sensibilização e alerta à população e empresas do concelho. Foi ainda contactada a Valorminho no sentido de aumentar os ecopontos. E ainda vai se implementada uma experiência piloto com um ecocentro na Zona Industrial do Peso para a deposição de materiais de construção inutilizados. Expôs que o apoio do Município na área florestal tem de ser considerado englobando o apoio anual aos Bombeiros, a equipa de sapedores florestais, a construção dos pontos de agua no concelho, mas que faz falta um trabalho de gestão da nossa Floresta, com a abertura de caminhas de prevenção de incêndios e não há a necessária coordenação nacional. Informou que a este nível a CIM esta a realizar um trabalho piloto na área da gestão florestal com os vários municípios. Relativamente às transferências financeiras para as Juntas de freguesia, ponderando a existência de juntas de freguesias no concelho que são autónomas financeiramente porque têm fontes de receita relacionadas com as eólicas, estas são feitas com uma preocupação de equidade e diferenciação positiva.

Em face dos documentos apresentados, o Executivo deliberou, por maioria, com dois votos contra dos vereadores do PSD, a sua aprovação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Foram apresentadas declarações de voto do PSD e do Presidente da Câmara Municipal que se anexam.



Município de Melgaço
Câmara Municipal

Acta n°	9
Data	22-04-2014
Tipo	Ordinária
Página	8

81. Presente para efeitos de aprovação a revisão orçamental n°01, que ficará anexa a esta acta.

O Executivo deliberou por maioria, com duas abstenções do PSD, a sua aprovação. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 12.00 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Felipe Alexandre Costa, Chefe da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal

DECLARAÇÃO DE VOTO

REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE 22-04-2014

ASSUNTO N.º 80 Relatório de Gestão e documentos de Prestação de Contas de 2013

A execução orçamental de 90,31% é o reflexo da capacidade de execução dos projectos e actividades contidos no Orçamento Municipal aprovado para o exercício económico de 2013. Apesar da diminuição das transferências do Orçamento de Estado não descuramos nenhuma competência da autarquia e assumimos o apoio directo às populações onde o Estado falha ou não consegue (ou não quer) chegar. É disso exemplo a nossa política na educação que abrange diversos graus de ensino, no apoio às famílias, aos mais carenciados e aos idosos e também às associações do Concelho por considerar o associativismo uma evidência da vivacidade da vida em sociedade.

Proseguimos na execução orçamental o rigor necessário ao cumprimento das imposições legais tanto ao nível do endividamento a médio e longo prazo como também na diminuição dos pagamentos em atraso. Denotou-se o estrangulamento decorrente da Lei dos compromissos na possibilidade de execução de novos investimentos fazendo-se sentir também na execução de projectos plurianuais.

E porque a actividade municipal não se reduz a declarações financeiras contidas nos documentos de Prestação de Contas, decorreram inúmeras iniciativas dos serviços municipais conjugadas com acções do executivo em prol do Município, que não envolveram directamente despesa como:

- a revisão da documentação para o reconhecimento do fumeiro de Melgaço como indicação geográfica protegida a atribuir pela Comissão Europeia;
- elaboração da candidatura do Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS),
- elaboração do Diagnostico Social e Plano de Desenvolvimento Social pelo Conselho Local de Desenvolvimento Social;
- aprovação do Plano Director Municipal;
- Acolhimento da Escola de Primavera da Universidade do Minho;
- Acolhimento do Fitavale – Festival de Teatro Amador;
- Actividades dos serviços educativos do Município com o agrupamento de escolas;
- intercâmbios de exposições (exposição de material do Museu de Cinema no Fantasporto de “Divas”);
- realização mensal de actividades inter-associações;
- seminário “representações geográficas da fronteira luso-espanhola”.

Melgaço, 24-04-2014

O Presidente da Câmara Municipal

Manoel Batista Calçada Pombal

Manuel Fernandes
Manuela Lobato
Vereadores

DECLARAÇÃO DE VOTO (CONTRA)

Dos vereadores eleitos pelo PSD, Manuel Fernandes e Manuela Lobato, referente ao assunto nº 80 “Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2013”, deliberado na última reunião ordinária de 22.04.14.

O Relatório e Prestações de Contas de 2013, para além de refletir as receitas obtidas e as despesas executadas durante o ano 2013, constitui um documento político demonstrativo, não só das opções realizadas ao nível das políticas públicas municipais, bem como, da forma como o rendimento gerado se transforma em desenvolvimento económico e social.

Ora, a este nível constatamos que a vida dos melgacenses não melhorou em 2013 e a forma como ano 2013 decorreu continuou a reflectir a tendência de perda da população exibida na década 2001-2011, na qual se perdeu mais de 8% da população melgacense.

Tal perda é **explicada**, sobretudo, pela incapacidade da Câmara Municipal de gerar emprego para as famílias e para os jovens melgacenses. Apesar da concretização de algum investimento público, este não foi capaz de gerar o necessário retorno financeiro, nem de promover o tão desejado emprego que contribuisse para a fixação dos jovens.

Aliás, da análise do Relatório de Gestão e Prestações de Contas de 2013 e percebendo que estes problemas vêm de longe, continuamos a ter dificuldade de vislumbrar o plano estratégico, seguida pela Câmara Municipal, com vista à criação de emprego e fixação da população.

Mas coloquemos duas questões, muito concretas.

Primeira, existe algum Plano Estratégico?

Manuel Fernandes

Manuela Lobato

Vereadores

Segunda; o que se está a fazer, está a criar as necessárias condições económicas e sociais à fixação dos nossos jovens?

Mas analisemos situações concretas que em nada abonam a favor da gestão municipal, no decurso do ano 2013. Antes pelo contrário, são exemplos de má gestão e que, por isso deveriam ter sido evitados e não o foram, por falta de vontade política ou desleixo.

Passamos a enumerá-los:

- i) As Termas do Peso, reabertas a 26 de Abril e inauguradas pelo Presidente da República no dia 16 de Maio, ambas do ano passado, entraram em funcionamento, mas face aos factos posteriores, temos que reconhecer que assistimos a uma falsa partida. Quando pensávamos que iríamos ter uma exploração sequente e, com isso, ver aumentar a oferta de emprego com vista a atingir os 30 postos de trabalho projectados no concurso público, eis que assistimos ao seu encerramento, com a promessa de novo recomeço. E o que faz a Câmara Municipal de Melgaço? Acha isto natural, tolera a situação e nada exige do seu parceiro privado;
- ii) Em Agosto de 2012, a Câmara Municipal de Melgaço lançou um concurso público para arrendamento e exploração de três espaços de fruição turística no Parque Nacional da Peneda do Gerês: um parque de campismo e bar em Lamas de Mouro e a área de lazer das Veigas em Castro Laboreiro. A adjudicação foi feita, mas na área de lazer das Veigas em Castro Laboreiro, ainda, nada aconteceu. O adjudicatário tem ou não obrigações de exploração? Continua a pagar a renda total ou entretanto já pediu redução da renda?
- iii) Em 2013, a Melsport só paga três meses de renda, pela exploração do Rio's Bar, ou seja, esteve nove meses sem pagar qualquer renda. Porquê tanta tolerância? Será que algum senhorio teria tido a paciência exibida pela Câmara Municipal de Melgaço? Sabemos que a Melsport está em dificuldades, de tal modo que, nos dois primeiros trimestres de 2013, não conseguiu satisfazer as suas obrigações fiscais, tendo pago ao fisco avultadas multas, superiores a 25 000,00€, mas não aceitamos esta atitude laxista;

Manuel Fernandes

Manuela Lobato

Vereadores

Segunda; o que se está a fazer, está a criar as necessárias condições económicas e sociais à fixação dos nossos jovens?

Mas analisemos situações concretas que em nada abonam a favor da gestão municipal, no decurso do ano 2013. Antes pelo contrário, são exemplos de má gestão e que, por isso deveriam ter sido evitados e não o foram, por falta de vontade política ou desleixo.

Passamos a enumerá-los:

- i) As Termas do Peso, reabertas a 26 de Abril e inauguradas pelo Presidente da República no dia 16 de Maio, ambas do ano passado, entraram em funcionamento, mas face aos factos posteriores, temos que reconhecer que assistimos a uma falsa partida. Quando pensávamos que iríamos ter uma exploração sequente e, com isso, ver aumentar a oferta de emprego com vista a atingir os 30 postos de trabalho projectados no concurso público, eis que assistimos ao seu encerramento, com a promessa de novo recomeço. E o que faz a Câmara Municipal de Melgaço? Acha isto natural, tolera a situação e nada exige do seu parceiro privado;
- ii) Em Agosto de 2012, a Câmara Municipal de Melgaço lançou um concurso público para arrendamento e exploração de três espaços de fruição turística no Parque Nacional da Peneda do Gerês: um parque de campismo e bar em Lamas de Mouro e a área de lazer das Veigas em Castro Laboreiro. A adjudicação foi feita, mas na área de lazer das Veigas em Castro Laboreiro, ainda, nada aconteceu. O adjudicatário tem ou não obrigações de exploração? Continua a pagar a renda total ou entretanto já pediu redução da renda?
- iii) Em 2013, a Melsport só paga três meses de renda, pela exploração do Rio's Bar, ou seja, esteve nove meses sem pagar qualquer renda. Porquê tanta tolerância? Será que algum senhorio teria tido a paciência exibida pela Câmara Municipal de Melgaço? Sabemos que a Melsport está em dificuldades, de tal modo que, nos dois primeiros trimestres de 2013, não conseguiu satisfazer as suas obrigações fiscais, tendo pago ao fisco avultadas multas, superiores a 25 000,00€, mas não aceitamos esta atitude laxista;

Manuel Fernandes

Manuela Lobato

Vereadores

- iv) Assistiu-se a degradação do património e equipamentos sociais, por exemplo nas piscinas municipais onde foram identificados vários pontos de infiltração de água ou como agora viemos a saber a incapacidade de se proteger património relevante e com elevado significado histórico para Melgaço, como é o caso do Posto da Guarda Fiscal de S. Gregório;
- v) Vimos a Câmara Municipal desatenta no cumprimento da obrigação de participar em 50% no valor total passe do transporte dos alunos que frequentam o ensino secundário, no presente ano lectivo 2013/2014, mas também relativamente aos anos lectivos de 2012/2013 e 2011/2011. As famílias melgacenses foram prejudicadas e só por nossa insistência e dos pais a situação foi regularizada;
- vi) Assistimos a uma elevada degradação ambiental do concelho, com a proliferação de várias lixeiras a céu aberto, sem que os serviços municipais cumpram a sua função fiscalizadora;
- vii) Em 2012, Agência de Desenvolvimento de Melgaço já se encontrava moribunda e em 2013 não só não identificamos nenhuma acção capaz de a fazer renascer das cinzas, como até hoje não encontramos nenhuma entidade substituta capaz de articular e congregar acções e vontades dos empresários, dos comerciantes, das IPSS.
- viii) Durante o ano 2013, não conseguimos identificar nenhuma iniciativa municipal que potenciase a valorização da floresta, da agricultura e das actividades que lhes estão associadas. Notamos que os meios financeiros atribuídos à floresta são meramente residuais e que, por isso, são manifestamente insuficientes para o combate aos incêndios, por exemplo. Por outro lado, notamos também que a ausência de uma política de valorização da floresta e da agricultura compromete a criação de postos de trabalho associados, tão importantes para a fixação dos jovens.
- ix) Não vimos nenhuma iniciativa que pudesse contrariar a perda de carreiras a operar no Centro Coordenador de Transportes. Hoje, os Melgacense se quiserem deslocar-se ao Porto, terão que apanhar o autocarro em Monção. Ficamos mais isolados, portanto.
- x) Vimos também as Freguesias do concelho serem os parentes pobres da Câmara Municipal, tendo no seu conjunto recebido cerca de, apenas, 1/3

Manuel Fernandes


Manuela Lobato

Vereadores

do valor que as associações receberam. Não se questionando os apoios destinados às associações do concelho, é inaceitável que as Freguesias tenham apoios tão insignificantes.

Como se expôs, o nosso sentido de voto só poderia ser um: CONTRA!

Os Vereadores


(Manuel Fernandes)


(Manuela Lobato)